



MPRJ

MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Assessoria de Eventos

TERMO DE REFERÊNCIA

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) E
AUDIODESCRIÇÃO**

Data: 13/05/2026

SECLOG
MPRJ

SECRETARIA DE LOGÍSTICA

Av. Marechal Câmara, nº 350, 5º Andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-080 - Telefone: (21) 2550-7073/2215-5124
E-mail: seclog.eventos@mprj.mp.br

**I. Sumário**

1. Do Objeto.....	3
2. Da Justificativa	3
3. Requisitos da Contratação	3
4. Análise das Propostas	5
5. Do Critério de Julgamento e Aceitabilidade de Preços.....	6
6. Da Descrição dos Serviços.....	6
7. Da Execução do Contrato.....	8
8. Da Ordem de Serviço	11
9. Dos Requisitos Técnicos.....	12
10. Da Cessão do Direito de Uso de Imagem e Voz	15
11. Da Comprovação de Qualificação Técnica.....	16
12. Dos Deveres da Contratante	16
13. Dos Deveres da Contratada	17
14. Modelo de Gestão do Contrato	19
15. Critério de Medição e de Pagamento	20
16. Das Penalidades	22
17. Das Disposições Finais.....	26
18. Equipe de Planejamento da Contratação	26

II. Anexos

Anexo I – Modelos de Ordens de Serviços.....	
Anexo II – Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz.....	
Anexo III – Modelo da Proposta de Preço.....	
Anexo IV – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo.....	



1 – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência visa a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de:

- a) Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de tradução/interpretação em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa, e vice-versa, nas modalidades falada, sinalizada ou escrita, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo ou ensaiada, gravada ou não, pelo período de 12 meses, em eventos institucionais e em entrevistas de equipe multidisciplinar nas dependências do MPRJ ou em diligências nas dependências dos assistidos/entrevistados. Os eventos poderão ocorrer de forma presencial (ao vivo, executado no local do evento/atividade), ou remotamente (gravado e reproduzido simultaneamente), com cessão de uso de imagem e voz.
- b) Contratação de empresa especializada na prestação do serviço de audiodescrição.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação tem como objetivo atender à demanda contínua por serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de audiodescrição durante a realização de eventos institucionais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) abertos ao grande público. A solicitação de intérprete de LIBRAS também foi apresentada pela Secretaria-Geral do Ministério Público – SGMP/MPRJ, com a finalidade de atender às necessidades do Núcleo de Apoio Técnico Multidisciplinar – NATEM/MPRJ, especialmente no que se refere à realização de entrevistas conduzidas por equipe multidisciplinar, tanto nas dependências do MPRJ quanto em diligências realizadas nos locais dos assistidos ou entrevistados. Além de atender a demandas operacionais, a contratação também cumpre as determinações da Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência.

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Regularidade jurídica:



3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.1.2 No caso de microempreendedor individual: certificado da condição de microempreendedor individual, acompanhado do documento de identificação da pessoa física/microempreendedor;

3.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.4 No caso de sociedades anônimas (por ações), o Estatuto Social deverá vir acompanhado: (I) dos documentos de eleição de seus administradores; (II) da publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, ou a veiculação na imprensa oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, na forma do art. 94 c/c art. 289 da Lei nº 6.404/76;

3.1.5 No caso de proponente estrangeira em funcionamento no país, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, se for o caso.

3.2 Regularidade fiscal e trabalhista:

3.2.1 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

3.2.2 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.3 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, através da apresentação das respectivas certidões negativas de débito ou positivas com efeito de negativas do domicílio fiscal ou sede da proponente, ou outra equivalente, na forma da lei, ressalvada a hipótese de a proponente não ser contribuinte de um destes órgãos, caso em que deverá apresentar a Certidão de Não Contribuinte;



3.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

3.2.4.1 Carta assinada pelo responsável ou procurador da licitante com a seguinte declaração:

“Declaramos, sob as penas da lei, que em rigorosa observância ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não há em nosso quadro de empregados qualquer menor de dezoito anos exercendo trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem, tampouco, qualquer menor de dezesesseis anos. Declaramos, ainda, sob as penas da lei, que caso venhamos a empregar algum menor de dezesesseis anos, somente o faremos quando ele for maior de quatorze anos e unicamente na condição de aprendiz”.

4 – ANÁLISE DAS PROPOSTAS

4.1 As propostas deverão ser apresentadas na forma da planilha de preço constante do ANEXO III do presente Termo de Referência.

4.2 Na proposta de preço deverá constar:

4.2.1 Seu prazo de validade, o qual não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias;

4.2.2 A discriminação detalhada dos serviços ofertados;

4.2.3 A quantidade solicitada;

4.2.4 O valor unitário e total;

4.2.5 Dados relacionados à sociedade empresária, como nome fantasia, razão social, CNPJ, nome do representante legal, telefones de contato e e-mail.

4.3 Os valores da hora/diária indicados na proposta, deverão considerar inclusas todas as despesas que possam influir direta ou indiretamente nos custos, tais como como seguro, riscos, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, acidentários ou comerciais, bem como recursos humanos e materiais, alimentação, transporte, e quaisquer outras despesas incidentes na execução dos serviços objeto da licitação.

**5 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS**

5.1 Para o critério de julgamento e aceitabilidade das propostas será adotado o critério **do MENOR VALOR GLOBAL POR LOTE**, observados os prazos máximos para a prestação de serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital.

6 – DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 Os serviços foram estruturados por item e lote, conforme especialidade técnica:

- **Lote 1:** Prestação de serviços de intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, presencial e remoto;
- **Lote 2:** Prestação de serviços de audiodescrição e locação de equipamentos.

LOTE 1			
Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade
1	Tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, na modalidade falada, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo, ou de conteúdo gravado, em eventos institucionais do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, <u>realizados presencialmente</u> , com cessão de uso de imagem.	hora	123
2	Recepcionista intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, na modalidade falada, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo, para atendimento ao público em <u>eventos presenciais</u> do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com cessão de uso de imagem.	hora	190
3	Tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, na modalidade falada, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo, ou de conteúdo gravado, <u>em entrevistas de equipe multidisciplinar nas dependências do Ministério</u>	hora	4

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

	<u>Público do Estado do Rio de Janeiro, realizados presencialmente</u> , com cessão de uso de imagem.		
4	Tradução-interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, na modalidade falada, nas formas simultânea ou consecutiva, ao vivo, ou de conteúdo gravado, <u>em diligências nas dependências dos assistidos/entrevistados, realizados presencialmente</u> , com cessão de uso de imagem.	hora	4
5	Tradução/interpretação da Língua Portuguesa em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e vice-versa, em <u>eventos remotos</u> do MPRJ, realizados por videoconferência, com cessão de uso de imagem.	hora	48

LOTE 2

Item	Descrição do Serviço	Unidade	Quantidade
1	Narrador(es) para prestação de serviços de audiodescrição, na forma simultânea, em eventos presenciais.	diária	2
2	Locação de equipamentos para transmissão simultânea da audiodescrição contendo: <ul style="list-style-type: none">• De 10 a 30 fones de ouvido;• 30 receptores sem fio, com carga de bateria suficiente para a duração do evento;• 01 (um) transmissor fixo sem fio;• 01 (um) cabine acústica para intérprete;• central de intérprete incluídos headset e 01 (uma) luminária para intérprete;• suporte técnico para todos os equipamentos locados.• microfone para o intérprete.	diária	2

**SECLOG
MPRJ**

SECRETARIA DE LOGÍSTICA

Av. Marechal Câmara, nº 350, 5º Andar
Centro - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
CEP 20020-080 - Telefone: (21) 2550-7073/2215-5124
E-mail: seclog.eventos@mprj.mp.br



6.2 Quanto ao serviço de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa, ela será realizada nas seguintes modalidades:

6.2.1 Manifestações públicas presenciais e ao vivo: por intermédio da interpretação simultânea ou consecutiva, realizada com a presença do intérprete de LIBRAS no local do evento, entrevista ou qualquer outra atividade presencial e de onde fala o(s) orador(es);

6.2.2 Eventos não-presenciais transmitidos ao vivo: por intermédio da interpretação simultânea remota (RSI), viabilizada por tecnologias da informação e da comunicação, com transmissão ao vivo pelos canais do MPRJ (ou de qualquer outro órgão pertencente à estrutura da Instituição) na internet (Youtube e/ou redes sociais) ou pela intranet da Instituição, em espaço ou janela de LIBRAS. Nesta modalidade, o intérprete se encontra em local diferente da realização do evento ou de onde fala o(s) orador(es).

7 – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 Quanto aos serviços do lote 1 – intérprete de LIBRAS:

7.1.1 As demandas serão formalizadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, através de ordem de serviço, conforme modelo no Anexo I.

7.1.2 Os serviços serão prestados por hora, considerando como hora-base a hora de interpretação realizada simultânea ou consecutivamente, ao vivo ou gravada.

7.1.3 Quanto ao valor do serviço, ele será contabilizado por hora trabalhada.

7.1.3.1 Para efeitos de cálculo do serviço prestado, serão sempre contabilizadas horas inteiras, mesmo que a duração do evento seja em hora fracionada, sendo o arredondamento feito para a quantidade de horas imediatamente posterior.

7.1.3.2 A contabilização de horas de serviço de eventos/atividades presenciais, remotos e em entrevistas de equipe multidisciplinar nas dependências do MPRJ (itens 1, 2, 3 e 5 do lote 1) será a partir do horário estipulado em Ordem de Serviço, desde que não haja atrasos, até o término do evento/atividade/entrevista.



7.1.3.3 A contabilização de horas de serviço em diligências nas dependências dos assistidos/entrevistados (item 4 do lote 1) será a partir do horário estipulado em Ordem de Serviço, desde que não haja atrasos, até o término da entrevista na dependência dos assistidos/entrevistados.

7.1.4 Tanto o evento presencial quanto o remoto (itens 1 e 5), com duração superior a 1 (uma) hora deverá ser realizado em regime de revezamento a cada 20 (vinte) minutos por dois profissionais.

7.1.5 Evento presencial com duração superior a 6 (seis) horas ininterruptas deverão contar com mais uma dupla de intérpretes.

7.1.6 Caso o evento se prolongue, ultrapassando a carga horária previamente estipulada, os intérpretes atuarão até o término do evento, além disso, a CONTRATADA fará jus ao pagamento do valor correspondente às horas efetivamente trabalhadas.

7.1.7 Na data de realização do evento presencial, os profissionais deverão se apresentar com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos.

7.1.8 Caso o intérprete se apresente após o horário estabelecido em Ordem de Serviço, a contabilização de horas de serviço será a partir do horário em que ele se apresente ao local do serviço.

7.1.9 O valor da hora-base deverá contemplar a cessão de uso da imagem e da voz dos intérpretes em quaisquer das modalidades contratadas.

7.2 Quanto aos serviços do lote 2 – audiodescrição:

7.2.1 As demandas serão formalizadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, através de ordem de serviço, conforme modelo no Anexo I.

7.2.2 O serviço de audiodescrição será simultâneo, ou seja, o evento ocorre ao vivo, com uma contextualização prévia sobre o evento. O audiodescritor-narrador terá que ser hábil e ágil para descrever imagens que lhe são apresentadas pela primeira vez.

7.2.3 O serviço deverá ser prestado por profissionais habilitados, com o auxílio de tecnologia, garantindo a narração em língua portuguesa, em sincronia com o conteúdo original, contemplando a descrição de elementos visuais e sonoros relevantes, em conformidade com os requisitos da ABNT NBR 16452/2016.



7.2.4 A descrição deverá ser clara e objetiva, abordando todas as informações visuais importantes, incluindo: imagens em telões e slides de apresentações, movimentações, gestos, expressões faciais e corporais que expressem comunicação, informações sobre o ambiente, configuração do espaço, objetos e efeitos especiais, leitura de textos, créditos, títulos, além de qualquer informação escrita em tela ou em suportes da apresentação, permitindo a plena compreensão integral da narrativa audiovisual.

7.2.5 O audiodescritor-narrador deverá evitar descrição subjetiva.

7.2.6 A descrição deverá acontecer nos espaços entre os diálogos e as declarações, assim como nas pausas entre as informações sonoras, nunca se sobrepondo ao conteúdo sonoro relevante, de forma que a informação audiodescrita se harmonize com o áudio do evento ou material audiovisual.

7.2.7 O serviço deverá garantir:

- a) Fidedignidade: o audiodescritor não pode alterar a informação;
- b) Imparcialidade: o audiodescritor não deve interferir com opiniões próprias;
- c) Impessoalidade: o audiodescritor é um mediador impessoal.

7.2.8 O valor do serviço de audiodescrição e locação de equipamentos serão contabilizados **por diária**.

7.2.8.1 A diária do serviço de audiodescrição e locação de equipamento terá duração de até 8 horas.

7.2.9 Para a realização do serviço serão necessários:

- a) Item 1:** Profissionais para prestação de serviços de audiodescrição, na forma simultânea. A quantidade de profissionais ficará a cargo da contratada;
- b) Item 2:** Locação de equipamentos descritos no item 6 e Anexo III deste Termo de Referência.

7.2.10. Apresentação do(s) profissional(is) audiodescritor(es), no local de realização do evento, com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos ao horário estabelecido para início da programação;

7.2.11 A montagem da cabine e teste dela e seus acessórios deverão ser realizados 1 (um) dia útil anterior ao evento;



7.2.12 A equipe técnica do locador do serviço deverá também estar presente na utilização do material locado, ou seja, durante a realização do evento, devendo se apresentar ao local com antecedência mínima de 1 (uma) hora;

7.2.13 A equipe técnica do locador do serviço será responsável pela desmontagem da cabine e retirada dos equipamentos;

7.2.14 O transmissor, assim como receptores e fones deverão ter a capacidade de transmissão nítida para a quantidade de receptores pedida, que estarão alocados em área de até 362m²;

7.2.15 No momento do teste, ao ser identificado problemas técnicos nos equipamentos locados, esses deverão ser substituídos imediatamente;

7.2.16 O serviço deverá ser prestado presencialmente nas dependências do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, conforme endereço a ser informado em ordem de serviço.

7.2.17 O transporte de todo o material e equipamentos necessários para a prestação do serviço ficará a critério da CONTRATADA, que se responsabilizará pela integridade da entrega, bem como pelo seu manuseio no local do evento.

7.2.18 A montagem e desmontagem da cabine e retirada dos equipamentos são de responsabilidade da CONTRATADA.

7.3 A CONTRATADA deverá manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

7.4 A CONTRATANTE não é obrigada a utilizar a totalidade das horas/diárias estimados durante a vigência do contrato.

8 – DA ORDEM DE SERVIÇO

8.1 Os serviços serão prestados por demanda, mediante solicitação por meio de Ordem de Serviço, na qual estarão especificados:

A) o número da Ordem de Serviço;



- B) a data da solicitação do evento/atividade (quando a Ordem de Serviço foi emitida);
- C) a modalidade do evento/atividade, se tratando do lote 1 – intérprete de LIBRAS;
- D) o nome do evento/atividade;
- E) o local do evento/atividade;
- F) a data do evento/atividade;
- G) o horário estimado do evento/atividade (início e término) - que será realizado em dia útil, compreendido entre 7 horas e 21 horas;
- H) a quantidade de horas/diária previstas que deverão ser prestadas.

8.2 Após o recebimento da Ordem de Serviço da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá confirmar imediatamente o recebimento do documento, podendo essa confirmação ser feita por mensagem eletrônica escrita.

8.3 A CONTRATADA retornará a Ordem de Serviço em até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, com os dados faltantes devidamente preenchidos e a apresentação de comprovação dos requisitos técnicos dos profissionais descritos no item 9.

9 – DOS REQUISITOS TÉCNICOS:

9.1 Em relação ao intérprete/tradutor da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS:

9.1.1 O intérprete/tradutor deverá ter competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva, dentro dos termos do art. 2º da Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;

9.1.2 O intérprete/tradutor deve ser conhecedor dos aspectos relacionados à cultura surda;

9.1.3 O intérprete/tradutor deverá ter domínio e fluência nas duas línguas, com formação profissional formalmente comprovada, mediante apresentação de pelo menos um dos seguintes certificados:

- I) curso de pós-graduação em Letras-LIBRAS, com certificado emitido por instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);



II) curso de bacharelado em Letras-LIBRAS, com certificado emitido por instituição de educação superior devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);

III) certificado de nível médio que demonstre ter realizado pelo menos uma das seguintes opções:

- A) cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;
- B) cursos de extensão universitária;
- C) cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação;
- D) formação de tradutor e intérprete de Libras realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja comprovado por uma das instituições referidas no item C.
- E) formação em ensino médio + curso/exame de proficiência que complemente ou constate sua qualificação.

IV) certificados do Programa Nacional para a Certificação de Proficiência em Libras e para a Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa (PROLIBRAS), através de exames nacionais realizados pelo Ministério da Educação ou pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES.

9.1.4 A conduta dos intérpretes/tradutores deverá ser pautada nas seguintes recomendações:

- A) atuar com ética, postura e neutralidade, adotando uma conduta adequada aos ambientes que frequentar, considerando o exercício profissional;
- B) ter boa dicção e audição, raciocínio lógico, cortesia e civilidade;
- C) manter-se atualizados e bem-informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;
- D) agir com honestidade e discrição, mantendo sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;
- E) conduta livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;
- F) agir com imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;
- G) atuar com solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;
- H) ser conhecedor dos aspectos relacionados à cultura surda.

**9.2** Em relação aos serviços de interpretação/tradução ao vivo presencial:

9.2.1 O intérprete será posicionado em local do evento que o mantenha visível ao público surdo que estará nos eventos ou atividades diversas do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, ou dentro dos limites do Estado do Rio de Janeiro, em local a ser indicado.

9.2.2 Deverá ser observado os contrastes entre a cor da pele do intérprete/tradutor e de sua vestimenta. Ele deverá vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, que não haja detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos nelas, compatíveis com o nível de formalidade do evento;

9.2.3 O tradutor/intérprete de pele clara deverá usar camisa na cor preta e o tradutor/intérprete de pele escura deverá usar camisa na cor cinza.

9.3 Em relação aos serviços de interpretação/tradução não-presencial transmitida ao vivo:

9.3.1 O intérprete/tradutor se apresentará em janela de LIBRAS convencional ou em espaço fixado no mosaico com os demais participantes do evento audiovisual.

9.3.2 Deverá ser observado os contrastes entre o plano de fundo e o intérprete, bem como entre a cor de sua pele e de sua vestimenta. O tradutor/intérprete deverá vestir blusas ou camisetas lisas, de mangas curtas ou longas, com decote fechado, que não haja detalhes como estampas, formas, listras, botões ou bolsos nelas, compatíveis com o nível de formalidade do evento;

9.3.3 O tradutor/intérprete de pele clara deverá usar camisa na cor preta e o tradutor/intérprete de pele escura deverá usar camisa na cor cinza.

9.3.4 O local da transmissão remota deverá ser silencioso, com iluminação adequada para gravação, provido também de luz de emergência, com fundo de imagem neutro ou em *chroma key*.

9.3.5 A CONTRATADA deverá garantir transmissão de internet com no mínimo 20 MB de velocidade, com redundância dedicada. Para a utilização de internet móvel, o aparelho deverá utilizar a tecnologia 5G, no mínimo.



9.3.6 Os dispositivos eletrônicos a serem utilizados pelos intérpretes/tradutores deverão conter sistema operacional Windows 10 ou superior, Android ou IOS, câmera com resolução mínima de 1920x1080p (FullHD), e memória RAM a partir de 4GB para desktops, laptops e celulares.

9.3.7 O tradutor/intérprete escalado para determinado evento remoto fará contato 30 (trinta) minutos antes do evento com o CONTRATANTE, a fim de realizar testes de qualidade de transmissão.

9.4 Em relação ao serviço de audiodescrição:

9.4.1 O serviço deverá ser prestado por profissionais habilitados, com o auxílio de tecnologia visando a narração, em Língua Portuguesa, em sincronia com o som original, contendo descrições de sons, de elementos visuais e de quaisquer informações adicionais que sejam relevantes para possibilitar a melhor compreensão por pessoas com deficiência visual, em observância aos requisitos estabelecidos na norma ABNT NBR 16452/2016 (Acessibilidade em Comunicação).

9.4.2 Quanto à qualificação técnica dos audiodescritores:

9.4.2.1 O profissional deverá ter experiência profissional de, no mínimo, 6 (seis) meses na atividade e/ou acima de 200 (duzentas) horas de execução, por meio de contrato de trabalho ou declarações de empresas públicas ou privadas;

9.4.2.2 Comprovação de capacitação, mediante apresentação de certificado de curso de educação profissional, com carga mínima de 120 (cento e vinte) horas de execução.

9.4.3 A conduta dos audiodescritores deverá ser pautada nas seguintes recomendações:

9.4.3.1 O profissional deverá ser conhecedor dos aspectos relacionados à cultura dos deficientes visuais;

9.4.3.2 O profissional deverá atuar com ética e neutralidade, adotando uma conduta adequada, ter boa dicção e audição, raciocínio lógico, cortesia e civilidade;

9.4.3.3 Manter-se atualizados e bem-informados quanto às rotinas e aos procedimentos adotados;

9.4.3.4 Manter sigilo das informações e dos dados a que tiverem acesso durante a execução dos serviços;

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

9.4.3.5 Pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito, quando disponibilizado pela CONTRATANTE;

9.4.3.6 Saber adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas ao evento e pertinentes à audiodescrição;

9.4.3.7 Saber elaborar a nota introdutória e o roteiro, quando necessário.

10 – DA CESSÃO DO DIREITO DO USO DE IMAGEM E VOZ

10.1 A CONTRATADA apresentará Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, conforme modelo no Anexo II, referente aos profissionais que atuarão nos eventos e atividades, quando retornar a Ordem de Serviço ao CONTRATANTE, conforme estabelecido no item 8.3 deste Termo de Referência.

10.2 O direito patrimonial e a propriedade intelectual serão da CONTRATANTE, em caráter definitivo, em relação a todos os registros produzidos em consequência da prestação dos serviços, podendo a CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizá-los sem limitações.

10.3 Os direitos autorais dos produtos gerados serão da CONTRATANTE, ficando proibida sua utilização por parte da CONTRATADA, sem que exista autorização formal daquela.

11 – DA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

11.1 A licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica que comprove o atendimento de 50% (cinquenta por cento) dos seguintes serviços:

Lote 1 - Tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para a Língua Portuguesa e vice-versa;

Lote 2 (item 2) – locação de equipamentos para transmissão simultânea da audiodescrição.

11.1.1 O referido documento deverá ter sido firmado por órgão público ou pessoa jurídica de direito privado, comprovando a prestação dos serviços de maneira satisfatória e compatíveis com suas características, quantidades e prazos com o objeto licitado.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

11.1.2 Os Atestados de Capacidade Técnica poderão ser cumulativos e complementares, além disso poderão ambas as exigências constarem num mesmo atestado.

11.1.3 Os Atestados de Capacidade Técnica poderão fazer menção a contratos ainda em execução.

11.2 Será considerado o somatório de atestados de capacidade técnica.

12 – DOS DEVERES DA CONTRATANTE

12.1. Caberá à CONTRATANTE as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

12.1.1. Proporcionar as condições indispensáveis à boa execução do objeto, prestando todas as informações e esclarecimentos necessários;

12.1.2. Verificar se a prestação do serviço está de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência;

12.1.3 Caso a demanda seja entrevista de equipe multidisciplinar ou diligência nas dependências do assistido/entrevistado, ou seja, fora das dependências do MPRJ (item 5 do lote 1), o MPRJ será responsável pelo traslado dos intérpretes até o local do serviço, com o retorno ao seu local de partida, o qual será uma das dependências do MPRJ.

12.1.3.1 O setor requerente será o responsável por solicitar viatura junto à Gerência de Transportes – GETRANS/MPRJ para o transporte dos intérpretes até a atividade agendada.

12.1.3.2 A Assessoria de Eventos – ASSEV/MPRJ, como órgão fiscalizador, ficará encarregado de repassar as informações dos intérpretes que atenderão a demanda ao setor requerente. Em paralelo, o setor requerente ficará responsável por repassar ao órgão fiscalizador informações importantes para o cumprimento da prestação do serviço como: dados da viatura que fará o transporte do intérprete, nome do servidor que acompanhará os intérpretes até o local do serviço, horário de chegada dos intérpretes, horário de início e término da prestação do serviço.

12.1.4 Repassar à CONTRATADA, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, informações sobre o conteúdo do evento/atividade, se possível, materiais com conteúdo de apresentações que serão expostas durante o evento.



12.1.5. Informar o cancelamento do serviço à CONTRATADA com mínimo de 3 (três) horas de antecedência do horário previsto para o início do evento.

12.1.6 No caso de o evento/atividade ser cancelado, em menos de 3 (três) horas do seu início, a CONTRATANTE ressarcirá as despesas incorridas pela CONTRATADA, desde que devidamente comprovadas.

12.1.7 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, previstas neste Termo de Referência.

12.1.8 Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

13 – DOS DEVERES DA CONTRATADA

13.1 Caberá à CONTRATADA as seguintes medidas decorrentes desta contratação:

13.1.1 A CONTRATADA deverá indicar formalmente um representante com capacidade gerencial, para representá-la perante o CONTRATANTE. O representante deverá ser disponível e habilitado para pronto atendimento, com delegação para tratar a respeito de todos os aspectos que envolvam a execução contratual, bem como para prestar atendimento aos seus profissionais em serviço.

13.1.1.1 A CONTRATADA deverá emitir documento delegando o representante, contendo as seguintes informações: nome, endereço eletrônico, telefones fixo e celular. Esse documento deverá ser entregue na reunião inaugural, que poderá ser realizada de maneira presencial ou remota, a critério da CONTRATANTE, em data e hora previamente agendadas.

13.1.2 A CONTRATADA deverá participar de uma reunião inaugural, a ser realizada remotamente no início da execução contratual, em data a ser definida pela CONTRATANTE, com a finalidade de alinhar procedimentos operacionais, conforme previsto no subitem **13.1.1**.

13.1.2.1 Na ocasião da reunião inaugural, a CONTRATADA deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa no sentido de que a licitante é capaz de fornecer quantas duplas de intérpretes forem necessárias, de acordo com a quantidade de pedidos que a CONTRATADA fizer e com a qualificação profissional descrita no item **9.1.3** deste Termo de Referência.

13.1.2.2 Ainda na reunião inaugural, a CONTRATADA deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa no sentido de que a licitante é capaz de fornecer mão de



obra (audiodescritor) especializada e qualificada, conforme os requisitos do item **9.4.2.** deste Termo de Referência.

13.2 Quanto ao serviço de Intérprete de LIBRAS:

13.2.1 Junto à Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar documento que comprove a fluência na interpretação de LIBRAS dos intérpretes, de acordo com as requisições técnicas estabelecidas no item 9.1, assim como o termo de autorização de uso de imagem (Anexo II) e o termo de manutenção de sigilo (Anexo IV), conforme demanda.

13.2.2 A CONTRATADA deverá garantir que o(s) intérprete(s) de LIBRAS escalado(s) para determinado evento/atividade remoto façam contato 30 (trinta) minutos anterior à data do evento, com o órgão demandante, a fim de realizar testes de qualidade de transmissão.

13.2.3 Na realização de eventos de transmissão remota, a CONTRATADA deverá garantir que o local da transmissão seja silencioso, com iluminação adequada para gravação, provido também de luz de emergência, com fundo de imagem neutro ou em chroma key.

13.2.4 A CONTRATADA deverá assegurar que a conexão de internet utilizada em eventos remotos tenha qualidade suficiente para a efetiva prestação do serviço, sem interrupções ou travamento de imagens. Para a utilização de internet móvel, o aparelho deverá utilizar a tecnologia 5G, no mínimo.

13.2.5 Para a prestação do serviço por transmissão remota, a CONTRATADA deverá garantir que os dispositivos eletrônicos utilizados pelos intérpretes para o acesso utilizem sistema operacional Windows 10 ou superior, Android ou IOS, câmera com resolução mínima de 1920x1080p (FullHD), e memória RAM a partir de 4GB para desktops e laptops.

13.3 Quanto ao serviço de audiodescrição:

13.3.1 Junto à Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar documento que comprove a qualificação técnica dos narradores, de acordo com as requisições técnicas estabelecidas no item 9.4, assim como o termo de autorização de uso de imagem (Anexo II) e o termo de manutenção de sigilo (Anexo IV), conforme demanda.

13.4 A CONTRATADA deverá substituir qualquer profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados insatisfatórios, quando exigido pelo CONTRATANTE em até 1 (uma) hora, contados do momento da formalização do pedido de substituição.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

13.5 A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos sociais previstos na legislação vigente e com quaisquer ônus, despesas, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, inclusive as provenientes de acidentes de trabalho, estando apto a apresentar, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, a comprovação do cumprimento dessas obrigações.

13.6 A CONTRATADA deverá dar o aceite da nota de empenho, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento.

13.7 Cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

13.8 Assumir todas as responsabilidades quanto às despesas decorrentes da prestação dos serviços, tais como custos administrativos, transporte, alimentação e tecnologia ou outros encargos que possam influenciar direta ou indiretamente na contratação.

13.9 Responder, de maneira conclusiva, por escrito e/ou presencial, toda e qualquer notificação enviada pelo Órgão Fiscalizador em até 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de envio da respectiva notificação;

13.9.1 Em caso de descumprimento, os prazos constantes da notificação iniciar-se-ão, automaticamente, após o supracitado prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.

13.10 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da celebração do contrato.

13.11 Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do fornecimento.

14 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

14.1. Durante a execução do objeto do contrato fica reservada ao Órgão Fiscalizador do MPRJ autonomia para dirimir e decidir todos e quaisquer casos ou dúvidas que venham a surgir e/ou fugir da rotina, ou que não tenham sido previstos no Edital da Licitação e seus Anexos, ou, ainda, nas disposições do Termo de Contrato.

14.2 O Órgão Fiscalizador do MPRJ efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, podendo, a qualquer tempo, exigir da contratada que forneça os elementos necessários ao esclarecimento de

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

quaisquer dúvidas relativas ao contrato, tais como: dados estatísticos, demonstrativos de custos, notas fiscais, mapa de registro e controle dos serviços etc.

14.3 A contratada deverá acatar a fiscalização do Órgão Fiscalizador do MPRJ quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo a todas às solicitações de informações.

14.4 A fiscalização efetuada pelo Órgão Fiscalizador não exclui nem reduz as responsabilidades da contratada perante o contratante e/ou terceiros.

14.5 O Órgão Fiscalizador do MPRJ poderá, a seu critério, realizar inspeções periódicas nos locais onde o objeto é executado, com o fim de verificar o cumprimento das especificações constantes do contrato.

14.6 Qualquer comunicação ou notificação do contratante à contratada deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do seu recebimento, submetendo-se, a contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

14.7. A atuação da fiscalização não exime a CONTRATADA de sua total e exclusiva responsabilidade sobre a qualidade do material/serviço fornecido/prestado.

14.8. Ao Órgão Fiscalizador caberá decidir os casos omissos, relativos às especificações ou a quaisquer documentos que se refiram, direta ou indiretamente, à aquisição em questão.

15 – CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

15.1. O pagamento será efetuado através do processo de fatura, em conformidade com a Lei nº 287/79, mediante crédito em conta corrente da contratada, que uma vez efetivado dar-se-á por liquidada a obrigação.

15.2. O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias após o adimplemento das obrigações, mediante a apresentação da fatura pela contratada, através do correio eletrônico seclog.eventos@mprj.mp.br, instruída com os necessários Atestos de Aceite do recebimento do objeto, firmados pelo Órgão Fiscalizador do MPRJ na respectiva nota fiscal, conforme disposto neste contrato.

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

15.2.1 Órgão Fiscalizador do MPRJ deverá protocolar incontinenti a cobrança do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-MPRJ), para efeito do item 15.2.

15.2.2 A fatura deverá ser encaminhada pela contratada, em dias úteis, até às 18:00 horas. As faturas enviadas após esse horário serão protocolizadas pelo Órgão Fiscalizador do MPRJ no primeiro dia útil subsequente.

15.3. São documentos indispensáveis para efeitos de pagamento;

15.3.1. Nota Fiscal;

15.3.1.1 A nota fiscal deverá estar devidamente discriminada, em nome do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, CNPJ nº 28.305.936/0001-40.

15.3.2. Nota de Empenho;

15.3.3. Certidões Negativas que deverão estar válidas até, pelo menos, o pagamento da fatura:

15.3.3.1. CND – Certidão Negativa de Débitos junto ao INSS;

15.3.3.2. CND – Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

15.3.3.3. Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Estaduais e Municipais, quando a empresa for contribuinte;

15.3.3.4. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS;

15.3.3.5. CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

15.4 A ausência de quaisquer documentos ou formalidades relacionadas nos itens anteriores acarretará a interrupção do prazo de pagamento à contratada até que seja suprida a exigência.

15.5 Em caso de atraso no pagamento efetuado pelo contratante da fatura apresentada pela contratada, esta fará jus à compensação financeira na forma de atualização monetária do respectivo valor, que será feita “pro rata die”, para tal utilizando-se o menor índice de inflação, correspondente aos dias de atraso, dentre o IGPM/FGV e o IPCA/IBGE, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, “pro rata die”.



15.6 A compensação financeira e os juros moratórios não incidirão sobre os dias de atraso no adimplemento da obrigação e/ou na apresentação do documento de crédito relativo à fatura, caso o atraso seja decorrente de fato atribuível à contratada.

16 – DAS PENALIDADES

16.1. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

16.1.1 Advertência;

16.1.2 Multa;

16.1.2.1 A pena de multa será aplicada, conforme a graduação e correspondência de descumprimento das regras estabelecidas nas tabelas a seguir:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5%
2	1%
3	2%
4	5%
5	8%
6	10%

Ocorrência	Descrição	Grau	Hipóteses de Incidência
1	Não devolução da Ordem de Serviço em até 48 (quarenta e oito) horas antes do evento, com os dados faltantes devidamente preenchidos, conforme item 8.3.	1 a 2	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o



			valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
2	Não apresentação dos Termos de Autorização de Uso de Imagem e Voz e de Compromisso de Manutenção de Sigilo dos profissionais escalados, no momento da devolução da Ordem de Serviço, conforme itens 10.1, 13.2.1 e 13.3.1.	1 a 3	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
3	Não apresentação de documento que comprove a fluência na interpretação de LIBRAS dos intérpretes, conforme item 13.2.1	1 a 4	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
4	Não apresentação de documento que comprove a qualificação técnica dos narradores, conforme item 13.3.1	1 a 4	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
5	O descumprimento da obrigação dos intérpretes de LIBRAS escalados para evento remoto em fazer contato com o órgão demandante no tempo estabelecido no item 13.2.2.	1 a 2	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.



6	Não apresentação do(s) profissional(is), no local de realização do evento, caso ele seja presencial, com antecedência mínima de 40 (quarenta) minutos ao horário estabelecido para início da programação, conforme item 7.1.7 (intérprete de LIBRAS) e item 7.2.10 (audiodescrição).	1 a 2	Por hora de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
7	A não substituição de profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados insatisfatórios no tempo estabelecido no item 13.4	3 a 6	Por evento (quando gerar prejuízo às atividades), calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução.
8	Atraso na montagem e teste dos equipamentos, conforme item 7.2.11.	1 a 2	Por dia útil de atraso injustificado no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
9	Atraso na chegada da equipe técnica do locador do serviço, conforme item 7.2.12.	2 a 4	Por dia ou por item (quando gerar prejuízo às atividades), calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução.
10	Problemas operacionais causados pelo descumprimento das obrigações constantes nos itens 7.2.13, 7.2.14, 9.3.1, 9.3.2, 9.3.4, 9.3.5.	3 a 5	Por evento (quando gerar prejuízo às atividades), calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução.



11	Não responder, por escrito e/ou presencial, no prazo máximo de 48h a contar do seu recebimento, qualquer comunicação da CONTRATANTE, conforme itens 13.9 e 14.6.	1 a 4	Por dia ou por item (quando gerar prejuízo às atividades), calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução.
12	Transferência a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão do presente serviço, conforme descrição no item 13.10.	2 a 5	Por dia de atraso e/ou por item (quando gerar prejuízo às atividades) no adimplemento da obrigação, calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução em atraso.
13	Inexecução parcial do contrato	5 a 6	Por evento (quando gerar prejuízo às atividades), calculada sobre o valor contratual atualizado, correspondente à parcela de execução.

16.1.2.2 Nas penalidades contadas por dia de atraso, o valor será contabilizado por dia de atraso X o percentual da tabela até o limite de 20% do valor do contrato.

16.1.3 Impedimento de licitar e contratar;

16.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

17 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**MPRJ****MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

17.1. A CONTRATANTE não se obrigará a utilizar a totalidade do quantitativo descrito no Anexo III do presente termo, nem de seu valor total estimado, sendo certo que o atesto às notas fiscais/faturas apenas se dará mediante o recebimento pleno dos itens previamente solicitados pelo Fiscal do contrato;

17.2. O licitante que vier a ser contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato.

18 – EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Setor	Responsável/ Cargo	Telefone
Assessoria de Eventos	Samyra Cesar Liberato de Oliveira Veloso p/ Aparecida Menezes de Paula Gestor da Contratação Matrícula 4501	2550-2204
Assessoria de Eventos	Fellipe Boechat Trindade Fiscal da Contratação Matrícula 50000743	2215-5124
Assessoria de Eventos	Aparecida Menezes de Paula Auxiliar de Fiscalização da Contratação Matrícula 8205	2215-5124